

Palácio da Independência com a designação pela qual ficou chamada o Histórico Palácio dos Condes de Almada, no Rossio dado que foi adquirido e posteriormente doado ao Estado, em 1940, por ser um dos mais importantes marcos para a Restauração da Independência em 1640.

O Rossio, grande praça da cidade, desenvolveu-se partindo de um núcleo medieval: o Convento de S. Domingos. O terreno anexo ao Convento adquiriu grande importância comercial. Tendo sido local de feira, rodeando-se progressivamente de construções populares e, mais tarde, de palácios aristocráticos, tornou-se o centro da cidade. Com o terramoto de 1755 e a consequente reconstrução pombalina, o Rossio substituiu o carácter nobre das suas antigas casas por uma marcante unidade arquitectónica, sendo o Palácio da Independência talvez o único que subsiste da época aristocrática.

No Rossio, todas as terças-feiras, realizava-se, desde 1430 até ao século XVIII, a Feira da Ladra que ali existiu desde 1430 até ao Séc. XVIII. Aí se vendiam panos de linho, rendas, franjas, estopa para fiar - segundo o Padre João Baptista de Castro. Diz-nos Fernando Castelo-Branco: “No Rossio se concentrava parte da vida lisboeta. Realizavam-se aí certos espectáculos públicos, como as touradas, o que contribuía para a valorização das suas casas, donde comodamente se assistia a tudo o que na praça se passasse. (...) Era no Rossio que se assistia habitualmente aos Autos-de-Fé. Em tempos de maior calma, era aqui que, pelas esquinas, o lisboeta lia os pasquins e os editais.”¹

A primeira notícia da existência de casas da família Almada na zona do Rossio data de 27 de Junho de 1467, em que D. Fernando de Almada, Capitão-Mor de Portugal, e sua mulher, D. Constança de Noronha, adquirem uma propriedade ao fidalgo Nuno de Barbudo. As casas «*partem com muro de trás* (Muralha Fernandina) e *com chaão do conselho* (Rua das Portas de Stº Antão) e *com Rosio* (o Largo de S. Domingos)) e *mais confrontações*». Não são dadas, no entanto, quaisquer referências ao tamanho nem ao aspecto das casas. Supõe-se, porém, que, inseridas no espírito da época, seriam casas austeras, feitas à volta de um pátio.

O palácio ter-se-á desenvolvido em várias ampliações e transformações, a partir do núcleo medieval inicial. Enquanto que o exterior é articulado em duas fachadas rigorosamente estruturadas (a do Largo de S. Domingos e a Rua das Portas de Stº Antão), já o interior é completamente diferente, sendo resultado de um somatório de edificações de várias épocas e, conseqüentemente, diversos estilos. A evolução das casas dos Almada no Rossio deve ser entendida como o reflexo do poder que essa ilustre família foi tendo ao longo dos séculos.

Em 1504-5, D. Antão de Almada começa a tratar do aforamento de um chão que entestava com as suas casas e que estava aforado ao tabelião Garcia de Siqueira, e que só lhe é concedido em 1509.

Diz o documento: «(...) *um chão que é acerca da porta de Santo Antão o qual era de longo ao longo da parede do curral e antre das casas do dito Dom Antão doze braças de craveita (24,4m) e de largo duas (4,4m) e partia de uma parte com a dita parede do dito curral e da outra com rua pública e da do norte com o chão da dita cidade que é antre as casas que foram do dito Garcia da Siqueira e da parte do sul com o Rocio da dita cidade (...)*».

¹ Castelo-Branco, Fernando, Lisboa Seiscentista, Lisboa, Livros Horizonte, 1990,p.31.

apurar as medidas do aforamento feito pelos Almada em 4 de Setembro desse ano de 1509: «(...) da banda do levante partem com cerca as casas do dito Senhor Dom Fernando² e parte mais da dita banda do levante com huma testada da calçada que sobe para cima ao longo das suas casas para a porta e serventia delas e da dita banda ao longo das ditas casas cerqua e afastada tem de comprido vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do sul partem com Rossio que per outro nome se chamou adro de Sam Domingos e da dita banda ao longo do dito adro tem de largo vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do poente parte com rua pública direita que vay ter às portas de Santo Antão e da dita banda ao longo da dita rua tem de largo, diga, tem de comprido outras vinte e quatro varas (26,4m) e da banda do norte partem com casas de Beatriz Pires de Montarroyo e com serventia e fica entre este chão e hum alpendre que esta diante dellas e da dita banda ao longo das ditas casas e serventia e tem de largo outras quatro varas(4,4m) e dentro desta medição está dentro hum alpendre de madeira(...)"

No mesmo ano, no dia 19 do mês de Novembro, Thomas Jacome, procurador de Dom Antão, diz ao Juiz que «os senhores vereadores e procurador e oficiais da camara desta cidade do anno presente fizeram ora novamente hum trespassamento lhe mandasse dar posse do dito cham a elle dito Thomas Jacome em nome e como procurador que era do dito capitam(...)"».

Não foi possível, através destas medidas de localização, situá-las no contexto actual do Palácio. Apenas se depreende que sejam terrenos junto ao Largo de S. Domingos à frente das casas já existentes. Com esse aforamento terão ficado assim os Almada com um terreiro privado de ligação entre os dois portais manuelinos.

Após a concessão do foro destes chãos devem ter-se realizado grandes obras no Palácio, certamente ligadas às campanhas de obras efectuadas em toda a zona do Rossio, nessa época (nomeadamente, Hospital de Todos-os-Santos e remodelação dos Estaos).

Por outro lado, é provável que, mais tarde, as casas tenham ganho um muro alto servindo de frontaria, integrando assim o espírito de interiorização e de defesa do mundo exterior, característicos da época.

Em 1546 é feita uma escritura em que Dom Fernando d'Almada se compromete a comprar a sua mãe, Dona Maria de Menezes, as casas do Rossio, para as vender posteriormente ao Barão do Alvito (venda que não se chegou a realizar). Por uma segunda escritura, dão-se a conhecer as confrontações das casas: «(...) estando ella Snõra a esto presente loguo por ella foy dito que hera verdade que por faleccimento do dito sñr (capitão dom amtam) seu marido que deus aja lje ficaram a ella sñora ligitimamente o seu quinhã das ditas casas todas de alto a baixo com seus quintaes que de dentro dellas estam os quaes quitaes e hua casa de vidrassa he foreiros ao cabydo da see desta cidade em vidas e por ho dito sñr seu (marido) a nõ nomear segumdo a forma de hordenaçam ficara ao sñr dom Fernando dallmada seu filho mayor e asy mais tem huu chão de fora delles ao lomguo da rua que vay do Rosyo pera a porta de santo amtam foreiro aa camara desta cidade amfatiota e parte de hua parte das ditas casas e terreiro dellas com o dito chão e rua da outra com o Rusyo e adro de sam dominguos e da outra rua que vay pera ho chão de dom amrique (Escadinhas da Barroca) e com outro quitã della senhora e nõ entra nesta vemda e da outra parte com

² D.Fernando, uma vez que este auto de medição é feito no seu tempo.

da dita porta de sancto amtam e com mais confrontações com que de direito devam partir(...)».

Este documento, além de confirmar as ideias apresentadas sobre a localização das casas, mostra também a existência de um terreiro em frente às casas.

O documento Nº 183, existente no Arquivo da Casa Almada, transcreve um termo de medidas que consta ter sido elaborado em 20 de Novembro do ano de 1561 e que nos dá mais alguns elementos.

Importantes informações no campo das confrontações e medidas nos são dadas através de um documento existente no Arquivo da Casa Almada, provavelmente do ano de 1751, mas respeitante a um contrato de emprazamento de 19 de Fevereiro de 1573: «(...) *hum quintal que da parte do norte confronta com muro da cidade (Muralha Fernandina) e tem 17 varas (18,7m), e ao longo do muro tem hum posso com nora da parte do poente (foi junto deste poço que se construiu a casa que em 1640 serviu para nela se efectuarem algumas das reuniões dos conspiradores) e hum tanque da parte d sul do dito muro; e da parte do sul confronta com humas casas do dito D.Fernando que estão apartadas da parte da Barroca onde esta hum oratr^o e com serventia no dito pateo que está entre as casas grandes, e as outras do Cabb^o e tem dezanove varas e hum palmo (21,12m); e da parte do levante confronta com huma Barroca que está por baixo de huns chãos que são do dito D.Fernando que antigamente foram do Adyado(...) e tem trinta e duas varas e meia (35,75m); e da parte do poente confronta com paredes, casas, e quintaes da Rua Direita, que duas dellas são do Cabb^o., humas que foram de Egas Monis, e as outras de Joana Rodrigues que ora traz Gaspar Pacheco, e tem 28 varas e meia (31,35m).= Mais outro quintal que da parte do norte parte com o sobredito oratr^o., e porta de serventia para o outro quintal de dentro, e tem 8 varas (8,8m); e da parte do sul confronta com as casas do dito D.Fernando, e tem 12 varas (13,42m) e hum palmo; e da parte do levante confronta com muro que sustenta o outro quintal do dito D.Fernando, e tem 14 varas e 2 palmos (15,84m); e da parte do poente confronta com casas do Cabb^o. e com casas do dito D. Fernando, e tem 12 varas e meia (13,75m).=Item huma casa que está dentro nas casas do dito D.Fernando que da parte do norte confronta com o Pateo sobredito para onde tem huma janela de couce com grade de ferro, e tem por dentro medindo em vão 20 palmos (4,4m); e da parte do sul confronta com casas do dito D. Fernando e tem 23 palmos (5,06m); e da parte do levante confronta com quintal do Cabb^o., para onde tem huma janela com grades de ferro, e tem 3 varas (3,74m) e dous palmos; e da parte do poente confronta com outra casa do dito D. Fernando e tem 3 varas e meios (3,85m), e porque diferença entre as medições velhas ao que agora se achou ao fazer desta medição e não havia pessoas que pudessem saber dellas, elle juiz do tombo deu juramento ao dito D. Fernando que declarasse se o pedaço de chão que está ladrilhado entre o quintal e a casa do Cabb^o., se era também do Cabb^o., disse não sabia disso nada, que se reportava as escripturas que somente lhe parece, e al não declarou. = Tres propriedades, hum quintal grande com figueiras que é de longo desde o muro da cidade até às casas do dito capitão 28 varas e meia (31,35m), e de largo desde a parede que entesta com as casas da Rua Direita que vai para as portas de Santo Antão até a Barroca que ... o chão do Adayado dezanove... do qual pagava(...).=Item mais o quintal das laranjeiras que intesta com a sala, que é de comprido 13 varas e meia (14,85m), e de largo 8 varas (8,8m) da parte do quintal grande, e da parte da sala dez varas*

poente ao levante quatro varas e dous palmos (4,48m), e do norte ao sul 3 varas e dous palmos (3,74m), da qual pagava (...), e de todas tres propriedades (...), e acrescentou (...) que ficou pagando 400 e 4 capões.

No livro 35 dos empraçamentos que está no Armário do Archivo da Basilica a flh. 114, está o empraçamento feito ao sr. D.Lourenço de Almada do prazo nº222, de que só paga de foro por Natal 1600 por foro de dinheiro e capões; o empraçamento fez-se em Julho de 1672 e pagava segundo elle mesmo confessou 1500 por anno».

Pelas medidas apresentadas no anterior documento, conseguiu-se identificar razoavelmente o quintal grande, que tinha figueiras, com o actual espaço dos jardins do Palácio. No entanto, esses terrenos confrontam, a Nascente com terrenos já propriedade dos Almadadas.

O segundo quintal, que tinha laranjeiras, supõe-se que occupasse um espaço semelhante ao actual pátio interior. Este quintal entestava com um oratório, o que se supõe ser uma sala num espaço a Norte no pátio interior. Note-se que as obras de 1940 modificaram completamente o aspecto e as dimensões do pátio.

Já a sala, que foi de Beatriz Pires, é muito difícil saber a sua localização exacta.

Em 1640, num pequeno e recolhido pavilhão dos seus jardins, um grupo de fidalgos portugueses fizeram algumas das importantes reuniões que conduziram à revolução do 1º de Dezembro e à consequente Restauração da Independência.

Em 1684, D.Lourenço de Almada, querendo ampliar as suas casas, pede à Câmara que lhe aforesse o chão necessário para esse fim, que só lhe é concedido em 1713. Até 1740 terão decorrido grandes obras no edifício, sendo desse tempo a actual fachada.

A 15 de Novembro de 1686 é exarado um despacho pelo Rei D.Pedro II em que é dito: «O Senado aforesse ao supplicante o chão que lhe for necessário para endireitar o seu edifício com tanto que não exceda a botar mais fora o seu cunhal da correspondência da rua que vem das portas de Sancto Antão e do cunhal das casas da António Joam ao qual se deixará para a serventia das suas casas duas varas (2,2m) de largo em toda a distância dellas, com que se evita o prejuízo mayor que podia ter a não ser de consideração o da vista que alega pois lhe fica salva toda ella pelas outras que tem para a rua larga. Lisboa quinze de Novembro de seiscentos outtenta e seis».

Estas 2 varas, que os Almada são obrigados a deixar em espaço livre na extremidade das suas casas, ainda hoje se podem verificar: ao longo da Rua das Portas de Santo Antão nota-se uma descontinuidade flagrante entre o Palácio e a construção seguinte, uma vez que há uma fachada de apenas cerca de 2 metros que separa a casa dos Almada do outro prédio.

Para o mesmo assunto, em 15 de Março de 1691, é feita uma medição:

Em 30 de Março de 1694 é feita uma consulta da Câmara ao Rei sobre o assunto; «(...) Lourenço d'Almada no Rocio e outras muitas pessoas pede a este Senado lhes faça mercê de lhe aforar o dito chão pelo fôro que parecer justo».

Em 1713, a 31 de Maio, é feita uma consulta sobre o aforamento que Dom Lourenço d'Almada pretende no Rossio. A 22 de Novembro desse ano é feito então o aforamento. «(...) tem à frente da Rua das Portas de S.Antão 31 palmos e um quarto (6,88m), descontando o recanto onde está o ferrador e

onde está o cunhal de pedra ao pé do ferrador tomace do público 29 palmos (6,38m) e tem de comprido a frente 190 palmos (38m) e neste ponto fica a rua que vem das Portas de S. Antão de 46 palmos e três quartos (10,28m) de largo em ponta aguda no cunhal que está na Calçada da Barroca e assim se manda fazer». Conforme consta no livro II do Registo de Consultas de D. João V.

Se a localização das casas de António João é fácil de identificar, já o mesmo não acontece com a casa do ferrador, que é também referenciado nos documentos – o que dificulta assim a identificação de algumas medidas mencionadas. Os 190 palmos de frente, por seu lado, correspondem à medida da actual fachada principal.

Através deste aforamento de 1713, a Família Almada adquire assim o terreno para a constituir da ala Sul e da ala Poente do Palácio. Estas duas alas vêm a construir partes novas do Palácio, sendo bem visível a demarcação entre esses dois corpos e o corpo Norte e o Nascente, através dos telhados. Apenas uma sala no rés-do-chão, com janelas para a Rua das Portas de Santo Antão, dá a ideia de ter sido um aproveitamento de uma casa já existente.

Com o terramoto de 1755 o palácio pouco sofreu, sendo aproveitado para recolher alguns doentes do Hospital de Todos-os-Santos. Em 1756 muda-se para lá o Depósito Público e, dois anos depois, o Senado e o Tribunal da Relação.

A 19 de Agosto de 1776 houve uma vistoria à Muralha Fernandina, devido a uma contenda entre o Conselheiro Manoel Estevão d'Almeida e Vasconcellos Rebello Quifel Barbarino (morador no que vem a ser o Palácio Alverca, actual Casa do Alentejo) e D. Antão d'Almada.

Neste documento é referenciado que os Almada, para alcançarem a muralha, serviam-se, em tempos, de uma escada de madeira. No entanto, é de considerar a existência de uma escada de acesso à muralha, uma vez que por lá terão descido os conjurados de 1640.

A família abandona definitivamente o palácio em 1833, que lhe é confiscado por ter sido considerado rebelde o Conde de Almada, partidário do Rei D. Miguel. Nunca mais os Almada voltaram a residir no Rossio.

Em 1834, lá viveu Almeida Garrett. Um ano depois, o palácio é restituído aos proprietários. E, durante cerca de um século, o edifício foi recebendo variados inquilinos. O Quartel General da I Divisão esteve lá instalado desde o fim do século até 1911. É aqui que, na madrugada de 4 de Outubro de 1910, se reuniu o Ministério de Teixeira de Sousa pela última vez. Segundo Norberto Araújo, a República foi proclamada pelo povo junto ao palácio, antes mesmo de o ser na Câmara Municipal.

Entretanto em 1861, foi cedido pelo Conde de Almada uma sala no palácio para sede da recentemente, formada Comissão Central 1º de Dezembro de 1640. Doze anos depois, são feitas obras no terreiro defronte do palácio. Este é nivelado e posteriormente foram colocadas pilastras e gradeamento, para que ali a Comissão Central erigisse um monumento aos Restauradores de 1640 (que depois é trocado pelo local onde hoje se encontra, na praça com o mesmo nome). Em 1877, o foro de alguns terrenos do palácio é levado à praça sendo arrematado por 491\$300 réis, pela Comissão 1º de Dezembro.

Em 1939, o palácio é adquirido por subscrição pública feita pela Sociedade Histórica da Independência de Portugal (nome que tomara a Comissão 1º de Dezembro em 1927), tendo a Colónia Portuguesa do Brasil

foi então assinada a escritura de compra do edifício. Ficou na ocasião decretado que o palácio passaria a ter a função de Sede da Mocidade Portuguesa e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. O Museu da Restauração deveria também ter surgido no palácio, mas tal não aconteceu até 1974.

Em 1940 fizeram-se obras de reintegração, orientadas pelo Arquitecto Raul Lino. Inúmeras alterações foram feitas, sendo as mais importantes o desafogamento do pátio principal (através do desemparedamento da escadaria do lado direito). Ao cimo da escadaria, do lado direito, foi desentapado um portal manuelino. As arcadas, na ala da Rua das Portas de Santo Antão, foram também parte destas obras. O salão nobre foi aumentado consideravelmente e o pátio interior alargado, tendo sido lá colocado vários painéis de azulejos, provavelmente oriundos do interior do Palácio.

Com a agitação resultante da mudança de regime em 1974, o palácio foi invadido. Extinta a Mocidade Portuguesa, o edifício foi, quase na sua totalidade, ocupado pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas. A Sociedade Histórica ficou então reduzida a quatro salas. Em 1983, por decisão governamental, foi determinado que o palácio fosse cedido, na sua totalidade, à Sociedade Histórica. Essa instituição tem a seu cargo a instalação, no edifício, do Museu da Identidade Lusíada.

Em 1988 demoliu-se a central eléctrica que ocupava o espaço dos seus jardins que foram, entretanto, reconstruídos.

A frontaria principal do Palácio, virada a Sul para o Largo de S. Domingos, é precedida de um terreiro cercado por uma cortina de gradeamento em forma de semi-circulo. A fachada principal, construída em principio do século XVIII, apresenta um conjunto de onze varandas austeras, de sacada. No centro destaca-se um portal emoldurado, sobreposto de uma varanda, engrinaldada de renques e encimada pelo brasão de armas dos Almada e Avranches. A balaustrada de pedra da varanda, assim como as duas volumosas urnas laterais e as mísulas de suporte, são bastante características do gosto clássico.

A fachada lateral, na Rua das Portas de Santo Antão, tem sete janelas de sacada e é apoiada numa rígida arcaria (sete arcos de volta redonda). Estas arcadas não existiam na altura da construção desta ala do palácio, tendo sido construídas durante as obras de 1940.

A nascente, o palácio confronta com as escadinhas da Barroca. Por esse lado é notória a separação entre o corpo feito no século XVIII e o Quinhentista (em que assentam as chaminés).

Passando o portal de entrada, atravessa-se uma passagem sob três arcos de volta abatida que se vão sucessivamente alargando até ao pátio central – o que se justifica pela necessidade de espaço que os coches tinham para dar a volta dentro do pátio. O eixo Norte/Sul, que é bastante afirmado desde a entrada, é inconsequente, quando se chega ao pátio – tem de se ter em atenção que se desemboca numa fachada anterior, construída numa época diferente.

No lado poente do pátio encontra-se um duplo portal de colunas de estilo maneirista. Verifica-se uma discrepância entre esse portal e todo o enquadramento da parede em que assenta, o que leva a supor que ele tenha sido retirado de outro local e aí colocado.

Através desse portal entra-se no Palácio, dando acesso à sua escada principal (que tomou, com as obras de 1940, o dobro do tamanho que tinha

de D.João I (obras de 1940).

Do lado oposto, encontra-se desde 1940, uma sólida escadaria exterior. Depois do primeiro lanço, a escada divide-se em duas, atingindo um terraço que tem por fundo a parede exterior de onde saem duas monumentais chaminés. Também esta parte do Palácio sofreu profundas modificações em 1940, uma vez que o pátio era bastante mais pequeno, tendo sido desafogado com a demolição de uma parede que colocava a face nascente do seu interior logo no seguimento do primeiro degrau da escadaria.

As chaminés foram, durante muito tempo, apontadas como monumentos alusivos à Restauração de 1640. Num artigo escrito em 1864, assim eram chamados por Vilhena de Barbosa no *Archivo Pittoresco*; também assim eram chamadas no *Diário Ilustrado* de 29 de Outubro de 1880; e ainda os folhetos turísticos sobre os monumentos de Lisboa, já neste século. No entanto, Júlio de Castilho, após a observação da planta de Braunio, vai defender a ideia de que, no sítio das casa dos Almada, lá estão representadas as chaminés. Ora sendo a planta de 1572, as chaminés serão então manuelinas e não padrões da Restauração, que só aconteceu no século seguinte. A sua semelhança com as chaminés do Palácio da Vila de Sintra tem ajudado a cimentar a interpretação que Castilho fizera em meados do século.

No terraço fronteiro às chaminés, encontram-se dois portais apresentando características do estilo manuelino. A autenticidade dos animais fabulosos existentes no da esquerda, segundo vários especialistas, é duvidosa. O portal da direita foi desentaipado em 1940 e nele se verificaram alguns elementos cortados – uns pequenos capitéis laterais e um elemento central, em cima – o que provavelmente terá acontecido por ocasião do seu entaipamento.

O portal da direita dá acesso ao salão nobre do Palácio, ampla sala com tecto em caixotes de carvalho e ombreiras de mármore – este salão foi também alterado nas obras de 1940, tendo sido nessa altura ampliado. É também dessa época o tecto, que se pretende de características seiscentistas. No entanto, o corpo em que esta sala existe só foi construído após 1713.

A face norte do pátio, com quatro janelas de sacada – como em todo o pátio, no andar superior – possui uma escada através de um túnel, que conduz a um pátio interior, ao nível do andar nobre. Também este pátio foi bastante aumentado em 1940 e nele foram colocados vários painéis de azulejos seiscentistas, sendo alguns atribuídos a Gabriel del Barco. Nesta altura foi demolida uma sala a norte, que se supõe ter sido o local onde existia o oratório da casa. Existem também aí dois portais quinhentistas, de características manuelinas. Ao longo de várias salas, assim como no túnel que dá acesso a este pátio, encontram-se vários painéis de azulejos, que tanto podem ser provenientes do edifício como do depósito da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, uma vez que não existem dados suficientes sobre o assunto.

Através desse pátio chega-se aos antigos jardins do Palácio – onde durante quase um século esteve construída uma enorme casa, que foi Central Eléctrica. Ao fundo, junto à Muralha Fernandina, encontram-se três painéis de azulejos alusivos à Restauração, lá colocados em finais do século XVIII. Junto aos painéis existe uma fonte manuelina, sobreposta por uma bica de pedra, representando o rosto de um anjo. Será esta,

No entanto, poderá ter sido ali colocada para embelezar o contexto, por ocasião da colocação dos painéis de azulejos.

Junto à muralha, encontra-se uma sala, a poente, onde foi desentapado um portal de grandes dimensões, assente na própria muralha e, à direita, existe um poço – actualmente, sem quaisquer indícios de água (note-se que em vários documentos é referido um poço com nora nos jardins do Palácio, junto à muralha fernandina). À direita do recanto que contém a pia manuelina e os painéis alusivos à Restauração, encontra-se uma sala que tem sido apontada como tendo sido aquela em que se fizeram algumas das Conjuradas de 1640. A nascente desta sala encontra-se ainda uma pequena casa de fresco, com o tecto coberto de conchas e vidros de cores e azulejos nas paredes; ao funso, denota-se a existência provável de uma fonte ou um lago de pequeníssimas dimensões.

As obras de reintegração de 1940 alteraram consideravelmente o edifício em vários pontos; no entanto, há marcos flagrantes de vários tempos ao longo das casas. Com efeito é notória a diferença entre a fachada sul e a poente em relação ao resto do palácio – numa simples observação dos cornijas e dos telhados é evidente a discrepância entre vários elementos. Certamente que algumas pequenas casas compradas ao longo dos tempos terão sido aproveitadas apenas em parte ou acrescentadas, mudando-lhes totalmente as dimensões e a fisionomia.

O portal maneirista situado na fachada poente do pátio principal nada tem que ver com a época desse corpo do edifício, o que indica que terá sido aproveitado de outro local – tal como o tecto de caixotões ao gosto do século XVII que Raul Lino implantou no salão nobre, numa ala construída no século seguinte. Ainda na ala poente existe uma sala de abóboda, que é possivelmente anterior à construção daquela área do edifício.

UM ARCO NA MURALHA FERNANDINA, AO FUNDO DOS JARDINS

Ao fundo dos jardins do Palácio da Independência, pegadas à Muralha Fernandina, existem três salas. Na que fica a Poente foi, em finais de 1990, desentapado, no seu interior, um amplo portal, de estilo gótico, assente na própria Muralha. Surge então o problema: o que fazia um portal na Muralha, confinando com o jardim? Pelo outro lado, existe o edifício da Casa do Alentejo: o antigo Palácio Alverca. Esse Palácio, pertença da Família Pais do Amaral, foi construído nos finais do Séc. XVII. No local existiu o Curral Velho, no Séc. XV, e, no Séc. XVI, era um terreno aforado pela Câmara, em vários lotes (segundo Vieira da Silva³).

É preciso ter em conta que a Rua das Portas de Santo Antão, tal como é hoje, existe a poucos metros desse portal. Por outro lado, devido às suas dimensões e às suas características góticas que nele se observam, afigura-se então uma questão: será que a rua tinha um alinhamento diferente e passava por ali, sendo aquele arco uma das Portas de Santo Antão?

Indo directa ao Rossio, a Rua das Portas de Santo Antão (antes «*Corredoura*» e, no Séc XIV, foi ainda chamada de «*Carreira dos Cavalos*»; com a construção da Cerca Fernandina e a conseqüente abertura de uma porta naquele local, primeiramente, foi conhecida por Porta de S. Domingos mas, pouco tempo depois, logo tomou o nome de Santo Antão, pela sua

³ Silva, A. Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa». Lisboa, 1987, vol. I, p. 87, 1987.

ligação das zonas extra-muros ao centro da cidade.

As Portas de Santo Antão eram as portas por onde entrava mais gente em Lisboa no Séc. XVII: mil e quinhentas cavalgadas em média, carregadas de farinha, frutos, hortaliças e outros produtos (segundo «Livro das Grandezas de Lisboa», de Frei Nicolau d'Oliveira).

O «Livro das Grandezas de Lisboa» refere que: « Da parte do Norte entra nesta cidade por dous valles, que como acima fica ditto estão povoados de huma parte de muy nobres cazas e da outra de muy grandes e frescas hortas e por estes dous valles se vem a dar em hum muy grande recio chamado assim per excellensia da sua grandeza e fermozura em o qual se faz semana as terças feiras huma muy grande feira e abundante de todas as cousas pertencentes ao uso da vida humana e tendo no princípio hum famosíssimo chafariz está cercado da parte do Norte com duas muy grandes e nobres moradas de cazas e com as do Sancto Officio, edifícios muy sumptuosos e vistosos (...)»⁴.

Segundo ^aVieira da Silva, nº «A Cerca Fernandina de Lisboa», »as portas eram constituídas, algumas delas por uma quadra ou recinto rectangular murado, com um ou dois vãos de portas nos seus muros dianteiros e posterior, e guarnecido o da frente com duas torres defensivas laterais; assim eram as Portas da Mouraria, de Santo Antão, de Santa Catarina e talvez a da Cruz»⁵.

Não se conhecem desenhos nem plantas topográficas que permitam uma localização exacta das Portas de Santo Antão. Segundo Vieira da Silva... parece que era constituída por um recinto rectangular que ocupava toda a extensão da rua fronteira ao prédio compreendido entre esta Travessa e a Rua do Jardim do Regedor (24,5m)»⁶. Diz ainda o ilustre olisiponense que, interiormente, tinha dois chãos que a Câmara aforava em 1560 e 1570: «Chãos entre as duas Portas de Santo Antão, entrando pela primeira porta da banda do Mosteiro de S.Domingos, o primeiro à mão direita (1.ºchão); um chão entre as duas Portas de Santo Antão, o qual está mais chegado ao muro onde estão as duas portas (2.º. Chão). Estes dois chãos mediam ao todo 16v 1,5p (17,93m) no sentido do comprimento da rua»⁷. Os chãos mencionados ocupavam dentro do recinto 5v (5,61m) de larguar, ficando ainda livre a rua que vai entre as duas Portas de Santo Antão, o que indica que devia ser grande a largura da rua naquele sítio.

Segundo Fernão Lopes, a muralha foi feita entre 1373 e 1375 (é também Fernão Lopes o primeiro a referenciar as portas por Portas de Santo Antão). No entanto, segundo um documento de 1378, autorizando o Concelho a aumentar a siza do vinho para se concluir a construção do muro da cidade, verifica-se que afinal a obra durou mais tempo. Fruto de maus operários ou de má construção, a muralha vai carecer de reparações nos anos seguintes: 1385 e 1391, 1393, 1396⁸.

Em 1509, não estando ainda concluída a Porta de Stº Antão, o Rei D. Manuel ordenou que ela fosse terminada. Diz um documento, transcrito na «Lisboa Antiga»: «(Soubemos ora como a porta de Santo Antão não era ainda acabada; e assim nos disseram que era muito grande, e fora da

⁴ Oliveira, Frei Nicolau d', «Livro das Grandezas de Lisboa», Lisboa 1804, p. 220.

⁵ Silva, A Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», 1987, Vol.I, p.25

⁶ Silva, A.Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», 1987, p. 90.

⁷ Silva, A.Vieira da, «A Cerca Fernandina de Lisboa», 1987, p.90

⁸ Oliveira, E.F. de, «Elementos para o estudo do Município de Lisboa», Vol.I,p.259,291,295,316.

tanto que esta virdes, a façais logo acabar, e assim vejais se é maior do que deve, porque segundo o havemos por bem que a mandeis tornar aquela grandeza que é necessária para as semelhantes portas; e mandar-lhe logo pôr suas portas. Escrita de Vila Franca a 25 de Setembro de 1509 (...).⁹

Previendo o perigo de um ataque inglês a Lisboa, em 1625, mandou a Câmara fazer uma vistoria às muralhas. No referido documento, diz «*Portas de Santo Antão: fazer hum paredão como rebelim e tapar hum dos postigos que está da parte das casas de Garcia de Melo e reformar as portas do que lhe for necessário*»¹⁰-assim foi mandado fazer revelim à frente das Portas de Santo Antão.

Após a Restauração, e com o intuito de prevenir um possível ataque espanhol, de novo foram tomadas providências para a defesa de Lisboa; em 1650 nova vistoria foi feita às muralhas, pelo Arq. Mateus do Couto. Nesse relatório, de 24 de Março, escreveu-se: «*As Portas de Santo Antão, de dentro tem portas, e as duas de fóra uma as tem, a outra não. Esta se há de tapar*». *Mais à frente diz «Conforme a esta relação há em torno da muralha exterior d'esta cidade quarenta portas, entrando as duas de fóra da Mouraria e Santo Antão, das quaes se hã de tapar de pedra e cal dezoito e ficam vinte e duas as que hã de servir(...)*»¹¹

Mais notícias há destas portas em 1727, como se vê na «*Demonstração Histórica da Primeira e Real Parochia de Lisboa*»:«*Esta porta he uma das que pertenciam ao distrito da nossa freguesia no ano de 1476 fica lhe fronteiro o Recio e pouco distante a hum lado a Igreja de S.Luiz da Nação Francesa adeficada no anno de 1551. Havia por cima de huma parte a imagem de N.Senhora da Conceição e da outra de Santo Antão de que tomava o nome a seus lados em huma pedra as Armas Reaes com as da cidade que hoje vemos quasi postrada por terra e em outra a inscripção que abaixo exporey. Para a solemne e pública entrada que fez o Embaixador de Castella o Marquez dos Balbazes na tarde do dia de Reys seis de Janeiro de 1728 para se elevar mais o arco desta porta se tiraram no antecedente anno as Santas Imagens, que hoje vemos colocadas em feitos nichos quasi junto ao sítio da antiga porta (...)*»¹² Também o Padre João Bautista de Castro, no seu «*Mappa de Portugal*», diz recordar-se ainda de ver colocadas nas suas couceiras as portas com que se fechava, chapeadas de ferro, que no ano de 1727 se tiraram para desafogar a entrada do Marquez de Los Balbazes¹³

Em 1755, o arco de Santo Antão sofre com o terramoto, acabando depois por ser totalmente demolido.

Pela análise da Planta de Lisboa antes do terramoto de 1755, atribuída a José Valentim de Freitas (desenhador do Quadro das Obras Públicas, falecido no último quartel do Séc. XIX), dá-nos a ideia de que, partindo ao longo da rua, de Sul para Norte, verifica-se que, logo passando o espaço do Palácio da Independência, a rua alarga. Ora esta configuração dá a ideia de que o espaço do Palácio, após o aforamento de 1713, tornou a rua mais apertada naquele local onde desemboca no Rossio, uma vez que ela ia até para Nascente. A planta da Freguesia de Santa Justa, que acompanha a obra «*Lisboa Pombalina e o Iluminismo*» repete este aspecto.

⁹ Castilho, Júlio de, «Lisboa Antiga» Vol.IV,p.254.

¹⁰ Oliveira, E.F. de «Elementos para o estudo do Município de Lisboa», Vol.III,p.167.

¹¹ Oliveira, E.F. de, Idem, Vol.V,p.202.

¹² Conceição, Frei Apollinário, «Demonstração...», 1750,p.193.

¹³ Castro, Padre João Bautista, «Mappa de Portugal», 1763, Tomo Terceiro, Parte V, p. 78.

elucidativas: a primeira dá a ideia da existência de duas torres simétricas junto às Portas; a segunda não faz referências nem às Portas nem a torres.

Vieira da Silva, por seu lado, segue a actual configuração espacial da rua como tendo sido sempre assim; por outro lado, no seu segundo volume de « A Cerca Fernandina de Lisboa », reformula parte do que apresentara no primeiro e, ainda, deixa os problemas relativos a estas Portas bastante em aberto.

Entretanto em 1991, foram feitas diversas escavações para obras de saneamento ao longo da rua, desde o Largo de S.Domingos até à zona próxima da Igreja de S.Luiz dos Franceses. Nessas escavações, poucos metros a Norte do Palácio Alverca, a meio da rua é visível, segundo o parecer do Dr. Rodrigo Banha da Silva, Arqueólogo da Câmara Municipal de Lisboa, um muro de construção pré-Pombalina (fotos 15/15^A). Ora o que fazia um muro pré-pombalino a meio da rua à frente de uma das entradas principais da cidade? Crê-se então que a descoberta deste muro venha denunciar a existência de uma casa qualquer naquele local, tendo então a rua outra localização noutros tempos. Não seria então a rua mais a Nascente? Tem de referir-se que, pelas medidas colhidas em E.F. de Oliveira nos seus «Elementos...», as Portas dianteiras alinhariam mais ou menos por aquelas coordenadas, uma vez que ficavam a 17,93 metros a Norte da Muralha. Se as Portas dianteiras foram mais a Nascente então a porta ao fundo do jardim do Palácio da Independência poderá ser uma das Portas de trás – talvez entaipada em 1650.

O Palácio da Independência, como já atrás fora dito, desenvolveu-se em várias ampliações e transformações, a partir do núcleo medieval inicial. Enquanto que o exterior é articulado em duas fachadas rigorosamente estruturadas (a do Largo de S.Domingos e a da Rua das Portas de Santo Antão), já o interior é completamente diferente, sendo resultado de um somatório de edificações de várias épocas e, conseqüentemente, diversos estilos.

As obras de reintegração de 1940 alteraram consideravelmente o Palácio em vários pontos; no entanto, há marcos flagrantemente de várias épocas ao longo das casas. Com efeito é notória a diferença entre a fachada Sul e a fachada Poente em relação ao resto do edifício – numa simples observação das cornijas e dos telhados é flagrante a discrepância entre esses elementos. Certamente que algumas pequenas casas que foram sendo compradas terão provavelmente sido aproveitadas apenas em parte, acrescentadas talvez, mudando-lhes totalmetne as dimensões e a fisionomia. O portal maneirista, assente na fachada Poente do pátio principal, nada tem que ver com a época dessa parte do edifício, o que indica que terá sido aproveitado de outro local para ali. Também nesse corpo do edifício existe uma sala de abóbada que é possivelmente anterior à construção daquela ala do Palácio.

A evolução das casas dos Almada no Rossio deve ser entendida como o reflexo do poder que essa ilustre Família foi tendo ao longo dos séculos. Toda a influência que a Família Almada vai tendo na vida política portuguesa, através dos altos cargos que os seus membros foram desempenhando, vai também reflectir-se na necessidade de aumentar e melhorar as suas casas.

Com o desentapamento de um portal na Muralha Fernandina, ao fundo dos jardins, novo problema se levanta. Tendo tão grandes dimensões, e estando situado a poucos metros da Rua de Santo Antão, não será então

regular, modificando-se ao longo dos tempos. O aforamento feito pelos Almada em 1713, por exemplo, vai estreitar a rua naquele ponto, uma vez que os chãos que foram aforados eram chãos públicos. Por outro lado, através das escavações feitas na Rua das Portas de Santo Antão, a alguns metros para Norte do local, onde deveriam existir as Portas da cidade, verificou-se a existência de um muro pré-pombalino, o que vem a denunciar uma casa naquele local. Entretanto, em 1650, foi mandada tapar uma das Portas da frente (a entrada era constituída por duas Portas à frente e duas atrás, que assentavam no seguimento da Muralha Fernandina); ora, talvez na sequência desse entaipamento se tenha também tapado a de trás e que seja então essa a porta entaipada na Muralha, ao fundo do jardim. Uma vez que 1774 se fizeram obras no jardim, foi provavelmente nesse tempo delineado a sua dimensão e alterado o seu aspecto.

Ou então, uma nova hipótese pode levantar-se: em 1509, na ordem régia para que se completem as obras da entrada de Santo Antão é referido que a Porta, além de inacabada, era de grandes dimensões «e fora da composição que deve ser». Assim, pode então ter existido uma primeira porta de Stº Antão e que, em 1509, se fizeram novas portas, tendo sido então entaipada a primitiva.

De um modo ou de outro, isto é, entaipada em 1509 ou em 1650, o que não parece que restam dúvidas é que aquele portal na muralha, ao fundo dos jardins do Palácio, tenha sido uma das Portas de Santo Antão.